

# Mulheres traficantes: divisão sexual no mercado ilegal das drogas no Rio de Janeiro

Mylena Fernandes de Mello<sup>1</sup>  
Nalayne Mendonça Pinto<sup>2</sup>

Recebido em dezembro de 2024  
Aceito em setembro de 2025

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender como ocorre a divisão sexual do trabalho no tráfico de drogas no Rio de Janeiro a partir de uma perspectiva teórica e empírica. Demarcando as particularidades do tráfico de varejo das drogas nas favelas cariocas, serão discutidos o princípio hierárquico e o princípio da separação nesse mercado. O trabalho se fundamenta no uso de dados obtidos pela pesquisa bibliográfica e pelo trabalho de campo realizado com mulheres traficantes ou ex-traficantes na Penitenciária Talavera Bruce e no Instituto Penal Santo Expedito, no Rio de Janeiro. A partir da noção da agência regularmente imperfeita (Biroli, 2012) compreende-se que essas mulheres possuem uma agência ao escolherem esses processos de envolvimento de participação no tráfico. Elas não são só vítimas, todavia essa agência está circundada pelas condições estruturais em que vivem e, assim, restringem suas possibilidades às formas de trabalho precarizadas. Chama atenção que, mesmo com as dificuldades de gênero a elas impostas na hierarquia do tráfico, constata-se que muitas mulheres alcançam cargos importantes como “gerentes”, “distribuidoras” e “frentes” de boca.

**Palavras-chave:** Mulheres. Tráfico de drogas. Gênero. Divisão Sexual do Trabalho.

## Women traffickers: sexual division in the illegal drug market in rio de janeiro

## ABSTRACT

This article aims to understand how the sexual division of labor in drug trafficking in Rio de Janeiro occurs from a theoretical and empirical perspective. Demarcating the particularities of retail drug trafficking in Rio de Janeiro's favelas, the hierarchical principle and the principle of separation in this market will be discussed. The work is based on the use of data obtained from bibliographic research and field work carried out with women drug traffickers or ex-traffickers in the Talavera Bruce Penitentiary and the Santo Expedito Penal Institute in Rio de Janeiro. From the notion of the regularly imperfect agency (Biroli, 2012) it is understood that these women have an agency when choosing these processes of participation in trafficking. They are not only victims, but this agency is surrounded by the structural conditions in which they live and thus restrict their possibilities to precarious forms of work. It is noteworthy that, even with the gender difficulties imposed on them in the hierarchy of trafficking, many women reach important positions as "managers", "distributors" and "fronts" of the *boca*.

**Keywords:** Women. Drug Trafficking. Gender. Sexual Division of Labor.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFRRJ e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail para contato: mylenamelloo2@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela UFRJ e Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRRJ. E-mail para contato: nalaynepinto74@gmail.com

## Introdução

O presente artigo busca compreender as dinâmicas de trabalho de mulheres no “mercado” das drogas, analisando quais as habilidades e as competências necessárias para o ser mulher no tráfico. Nesse artigo será feito um debate sobre divisão sexual do trabalho, desigualdade de gênero e hierarquias presentes no tráfico de drogas. O objeto de análise é o discurso de mulheres presas por tráfico de drogas, utilizando fragmentos de algumas das dezenove entrevistas realizadas em 2018 e 2020 com detentas da Penitenciária Talavera Bruce e do Instituto Penal Santo Exedito realizadas em janeiro de 2020.

A prisão foi o recorte escolhido para a realização da pesquisa, pois entendeu-se como sendo o caminho mais prático e seguro para manter um diálogo frequente com algumas mulheres, mas é importante salientar que essa escolha de encontrá-las na prisão já exclui as mulheres que estão “na pista” e trabalham ativamente nas bocas do tráfico. Compreende-se que esse recorte também exclui aquelas mulheres que possuem meios de negociação com agentes do Estado e que, portanto, são traficantes, mas não chegam a ser presas, tendo assim outra experiência do trabalho no tráfico sem conhecer o sistema carcerário.

Vale pontuar a relação do tráfico de drogas com as altas taxas de aprisionamento feminino no Brasil a partir da perspectiva da criminologia feminista e da feminização da pobreza, com base em Monica Cortina (2015), que em seu estudo estabelece que há um perfil de mulheres que atendem a seleção discriminatória do sistema penal: jovens, mães chefes de família, em vulnerabilidade social e com histórico de abuso de drogas.

À luz dos pontos mencionados acima, foi decidido que o trabalho de campo seria realizado na prisão. Após diversas visitas ao Museu Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro e à Vara de Execução Penal (VEP) do TJDFRJ, foi concedida a autorização para a realização da pesquisa, com duração de noventa dias úteis, conforme o padrão estabelecido para pesquisas autorizadas pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP-RJ). Antes de ir às unidades prisionais, a SEAP nos orientou a ligar para as suas respectivas secretarias com o objetivo de combinar com a administração o

dia e horário para a realização do campo, pois a pesquisa só poderia ocorrer quando tivesse alguma agente penitenciária disponível para auxiliar no que precisasse.

Tanto na Penitenciária Talavera Bruce quanto no Instituto Penal Santo Expedito, o uso de aparelhos eletrônicos é proibido, por isso as entrevistas qualitativas semiestruturadas não foram gravadas. Os únicos recursos utilizados foram caderno e caneta. Além disso, as agentes da administração não autorizaram o acesso às celas e pavilhões, oferecendo, em contrapartida, uma salinha para a realização das entrevistas, onde foi garantida a ausência de qualquer agente penitenciário. A seleção das mulheres presas que participaram da pesquisa foi definida conforme o recorte da investigação, focada em mulheres presas por tráfico de drogas. As Inspetoras, por sua vez, escolheram as presas que consideravam “mais faladas”, segundo suas próprias palavras.

Na primeira parte deste artigo acionamos o conceito de consubstancialidade de Danièle Kergoat (2010) bem como suas orientações metodológicas, sobretudo a recusa em pensar por ideias e categorias fixas, para embasar a pesquisa no campo dos estudos de gênero e trabalho. Em seguida, demarcamos uma discussão sobre divisão sexual do trabalho com base em Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) para pensar esse conceito na situação concreta do mercado ilegal de tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Para dialogar nessa perspectiva, apresentamos a pesquisa de Hirata e Grillo (2007) a fim de traçar particularidades do tráfico de drogas fluminense. Por fim, apontamos como se dá a participação das mulheres no tráfico e quais as suas funções na “firma”.

Identifica-se, através de comparação com o estudo de Angelo Soares (2019) que as identidades de gênero são negociadas no tráfico. Além disso, é realizado um debate sobre a agência dessas mulheres que escolhem e atuam no tráfico utilizando a noção de agência diferenciadamente imperfeita de Flávia Biroli (2012). O que buscamos sugerir é que as mulheres disputam o espaço com os homens e atuam nas mais diferentes funções, desde as mais subalternas até as mais elevadas como gerentes e donas de boca, revelando que ao longo da carreira criminosa elas frequentemente transitam por diferentes funções e hierarquias dentro do tráfico.

### **A consubstancialidade como pilar**

Danièle Kergoat (2010), socióloga e feminista francesa, mobiliza o conceito de consubstancialidade para pensar os fenômenos sociais numa perspectiva materialista, histórica e dinâmica. Opondo-se a interseccionalidade, sua tese é que as relações sociais são consubstanciais, formando assim um nó que só pode ser desatado na perspectiva da análise sociológica, não no nível das práticas sociais. Além disso, as relações sociais de classe, gênero e raça são coextensivas, ou seja, elas se reproduzem e se coproduzem mutuamente.

Em seu artigo, a autora fornece exemplos da análise das propriedades das relações sociais para diferenciar as relações intersubjetivas das sociais. Um desses exemplos é o de mulheres que acreditam que “a igualdade está garantida ou pode ser realizada rapidamente, de que o sucesso profissional é possível” (Kergoat, 2010, p.94) e ainda que “a divisão das tarefas é um problema de negociação entre indivíduos que compõem um casal, uma questão de simples ‘boa vontade’” (Kergoat, 2010, p.94). Facilmente ilustrado também no contexto brasileiro, esse exemplo não corresponde à realidade concreta e nem às estatísticas. Para Kergoat, essa ilusão vem da indistinção do que são as relações intersubjetivas e do que são as relações sociais. As primeiras “são próprias dos indivíduos concretos entre os quais se estabelecem” e as outras são “abstratas e opõem grupos sociais em torno de uma disputa.” (Kergoat, 2010, p.94). Para a autora, somente no nível das práticas sociais, e não nas relações intersubjetivas, é que se darão formas de resistências e, desse modo, podem ocorrer mudanças substanciais no nível das relações sociais.

Depois de expor alguns estudos pós coloniais e o feminismo negro, Kergoat afirma que há uma minimização dos conflitos de classe na França e nos EUA. Mesmo esses estudos trazendo a necessidade de entrelaçar gênero, ‘raça’ e classe, há um cruzamento privilegiado entre ‘raça’ e gênero. Para ela, este é o problema da interseccionalidade:

[...] a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. Ora, não podemos dissociar as categorias das relações sociais dentro das quais foram construídas. Assim, trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de **tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência.** A noção de multiposicionalidade apresenta, portanto, um problema, pois não há propriamente “posições” ou,

mais especificamente, estas não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação. (Kergoat, 2010, p. 98, grifo nosso)

Desse modo, a autora fundamenta que, ao abordarmos um problema a partir da consubstancialidade, isso nos permite conceber que nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra. O conflito é de classe, raça e gênero. Os três caminham juntos e não há contradições principais e contradições secundárias.

Com intenção de demarcar limites para o uso desse conceito/ideia, Kergoat enumera quatro princípios e propõe orientações metodológicas. O primeiro deles é um imperativo materialista que consiste em entender que as relações de gênero, raça e classe são relações de produção e, portanto, há exploração, dominação e opressão. O segundo – um imperativo histórico – é compreender que as relações sociais são dinâmicas. Isso é central para a análise. Em seguida, como um terceiro passo, é preciso definir o que não varia nos princípios de funcionamento das relações sociais. Por fim, ela nos indica a olhar à subversão. “[...] devemos estar atentos à maneira como os dominados reinterpretem e subvertem as categorias: isso impede sua reificação. Porém, a subversão só pesa sobre as relações sociais se for coletiva” (Kergoat, 2010, p. 100).

Tomando como suporte as contribuições desenvolvidas por Kergoat, brevemente expostas até aqui, sobretudo sua recusa a pensar por ideias e categorias fixas, que nos possibilita “recolocar no centro da análise o sujeito político (e não a vítima de múltiplas dominações), e levando em consideração todas as suas práticas, frequentemente ambíguas e ambivalentes” (Kergoat, 2010, p. 103), serão examinadas as dinâmicas do tráfico no Rio de Janeiro e especificamente o trabalho de mulheres. Antes disso, porém, é necessário abordar algumas reflexões sobre a divisão sexual do trabalho, que, em sua maioria, teoriza e analisa o trabalho formal. A questão que se coloca, então, é se é possível aplicar esse conceito ao mercado ilegal de drogas.

### **Pensando a divisão sexual no trabalho ilegal: o tráfico de drogas no rio de janeiro em questão**

Segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p.596) falar em termos de divisão sexual do trabalho é mostrar que as desigualdades são sistemáticas e, além disso, articular essa constatação como uma reflexão sobre os processos em que essa diferenciação é usada para hierarquizar as atividades, os sexos e criar um sistema de gênero.

Por definição do conceito, “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599.) Essas relações sociais, como já foi apontado, são consubstanciais. A divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação, quer dizer, há trabalhos de homem e trabalhos de mulheres, e o princípio hierárquico no qual o trabalho de homens “vale” mais que o trabalho de mulheres.

A teorização em termos da divisão sexual do trabalho certifica que as práticas sexuadas são construções sociais, portanto, esse conceito é elástico e suas modalidades concretas variam muito no tempo e no espaço. Além disso, as situações não são estáveis; o que se observa é, na verdade, a distância existente entre os grupos de sexo.

Para as autoras, a divisão sexual do trabalho vem passando por novas configurações devido a aparição e desenvolvimento da precarização e da flexibilização do emprego. Esses dois fenômenos podem reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo. Em resumo, os pontos fortes dos novos aspectos da divisão sexual do trabalho são “a reorganização simultânea do trabalho no campo assalariado e no campo doméstico” e “ao mesmo tempo em que aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, cresce o de mulheres em situação precária” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 602). É neste último grupo que se concentram as mulheres trabalhadoras do mercado de varejo das drogas.

É viável pensar esse conceito na situação concreta do mercado ilegal de tráfico de drogas no Rio de Janeiro, não só por ele ser elástico e possibilitar a investigação dos deslocamentos e das rupturas, mas por compreender que o mundo social é feito de um embaralhamento entre o formal e o informal, o legal e ilegal, e o ilícito. Esse trânsito sempre esteve presente e sempre foi importante em cidades marcadas por um grande mercado informal e ilícito, como o Rio de Janeiro (Telles; Hirata, 2007). Sendo assim, mesmo a divisão sexual do trabalho sendo comumente aplicada em pesquisas nos

setores de trabalho formal, é possível pensá-la em mercados ilegais devido às intersecções entre os tipos de mercados. Como uma das interlocutoras afirmou: *O tráfico é uma empresa*. (SPT, 36 anos, Praça Seca – Rio de Janeiro).<sup>3</sup>

Discutindo sobre o que é o tráfico, SPT abordou os erros cometidos pelo Comando Vermelho, facção à qual pertence, e propôs estratégias para aprimorar a atuação do tráfico, sugerindo tratá-lo como se fosse uma empresa:

A real do crime é a responsabilidade financeira e a desconfiança. Você tem que ser um grande observador. Eu já vi o Marreta tomar 4 golpes de estado. **O real dano, problema, é não tratar a boca como uma empresa.** O erro é o dono falar que o frente vai tomar conta. Ai nasce os golpes de estado. Tem que botar cada um na sua função. As lideranças criminosas tem um falso poder construído. O dono precisa de muito conhecimento, de marketing, se ele tivesse um conhecimento de nível empresarial, administrativo... A mulher no tráfico acrescenta a nível de conhecimento; ela se sobressai também por causa da escolaridade. (SPT, 2020)

É possível observar que a visão crítica de SPT, distinta da perspectiva dos homens com os quais ela convivia, foi um fator que contribuiu para seu crescimento no tráfico e a levou a enxergá-lo de uma forma diferente, considerando até mesmo maneiras de aprimorá-lo. Surge, então, a hipótese de que, devido ao maior nível de escolaridade das mulheres, elas teriam uma visão mais estratégica e refinada do crime.

### **Notas sobre a configuração do tráfico de drogas no rio de janeiro e a participação de mulheres nesse mercado**

Pensando no tráfico de drogas especificamente no Rio de Janeiro, Carolina Grillo (2008) compara as duas modalidades do mercado ilegal de drogas: o tráfico “da pista” e o tráfico “da favela”. São identificadas semelhanças e diferenças, cooperação e concorrência entre elas. A primeira modalidade do tráfico é caracterizada por conter jovens de classe média, os comerciantes do “asfalto”, por funcionar de maneira independente do mercado ilegal e das redes articuladas nas favelas e por possuir uma sociabilidade específica que a particulariza dentro do fenômeno.

---

<sup>3</sup> Ao longo do texto, as falas das mulheres entrevistadas estarão em itálico com o objetivo de facilitar a leitura. Além disso, todos os nomes são fictícios e foram escolhidos por elas.

Observa-se que a autora recorre às histórias de seus principais informantes, João e Bernardo, por ela denominados, ambos homens, para construir sua argumentação. Ela menciona ter tido acesso, em sua pesquisa de dissertação (Grillo, 2008), a uma rede social de traficantes jovens, a qual é composta, principalmente, por indivíduos entre 20 e 35 anos, pertencentes à classe média. Há recorte etário e de classe, como ela mesma descreve, mas o gênero não é um marcador trabalhado e por que não é? Não sabemos se há mulheres nessas redes, mas sabemos que há homens, tendo em vista os informantes citados.

Grillo (2008) pontua o uso e o não uso de armas e de ações violentas nas negociações das drogas como a primeira diferença entre tráfico “da pista” e tráfico “da favela”. Em comparação ao tráfico “da favela”, armado e violento, a autora atribui ao tráfico “da pista” o aspecto de “sociabilidade normalizada”, conceito proposto por ela para definir a ausência de posse de armas e a condenação moral do comportamento violento, do emprego da força nas negociações do tráfico. Para compreender essa distinção, ela compara as dinâmicas territoriais e organizacionais dessas redes, além de suas diferentes relações com o Estado e com a circulação de “mercadoria política” (Misse, 1999).

Como bem pontuam Hirata e Grillo (2017) há tráfico nos bairros pobres e ricos da cidade, com diferentes dinâmicas por conta das distintas circunstâncias. Mas, tal como para os autores, nos interessa pensar o tráfico de varejo das drogas nas favelas cariocas, que é onde a maioria das mulheres presas por tráfico de drogas entrevistadas atuava.

As “firmas” têm hierarquias caracterizadas pela relação patrão/empregado com diferentes papéis desempenhados. Há os “donos” ou “frentes” do morro, que são os proprietários dos negócios; os “gerentes”, pessoas da máxima confiança do dono e de grande prestígio social que são encarregadas de organizar as vendas; os “vapores”, que vendem as drogas e podem ser remunerados através de pagamentos semanais fixos e definidos e/ou através de porcentagens da venda; os “olheiros” e “fogueteiros”, responsáveis por alertar, muitas vezes com uso de fogos, a chegada da polícia e por fim o “soldado” que protege o ponto de venda de ataques da polícia ou de traficantes de outra facção. (Hirata; Grillo, 2017, p.80-81)

Sobre as funções no tráfico, perguntamos a SPT se aquelas funções do tráfico descritas nos livros e jornais ainda existem. Ela contou que *“hoje em dia não tem muito isso de função de soldado, mas as outras ainda são cruciais. Ninguém mais fala em soldado, agora é segurança! Eu já fiz isso, acompanhava o Marreta direto.”* Pedimos que ela compartilhasse um pouco mais sobre sua experiência naquele lugar e foi então que a questão da morte surgiu: *“Como segurança tu mais morre pela função. É um cargo de muita confiança. O frente tem seguranças e quando eles são presos pega Associação.”* Paradoxalmente, SPT afirmou que se sentia mais segura quando estava como segurança do frente do que quando estava na boca porque *“tava com a nata do crime e porque ali tem arrego.”* Este caso revela que, no tráfico, a função de soldado, apesar do alto risco de morte, proporcionava a SPT uma sensação de segurança, permitindo-lhe escapar da morte e da prisão — algo que ela não experimentava quando estava na boca.

Ainda sobre as hierarquias presentes nas “firmas”, é importante compreender que:

O tráfico de drogas no Rio de Janeiro funciona segundo um conjunto de alianças que articulam grupos de nível local em um espaço permanente de negociações. Não há chefia “acima” dos “donos de morro”, de modo que a hierarquia concerne apenas às atividades comerciais dentro dos limites territoriais de cada grupo (Barbosa, 2006). Assim, nesse nível local, o “dono do morro” mobiliza relações hierárquicas com seu grupo e, em nível supralocal, estabelece relações horizontais com seus aliados, cujo respaldo autentica a sua propriedade sobre os direitos de exploração do comércio de drogas em determinados territórios (Grillo, 2013). (Hirata; Grillo, 2017, p.85)

Em síntese, a venda de drogas no Rio de Janeiro é extensiva, fracionária e densa. As hierarquias presentes se dão em nível local e as alianças do Comando Vermelho (CV) e das outras facções como Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigo dos amigos (ADA) são laterais. Essa dinâmica de segmentação e alianças é impulsionada pela amizade. (Hirata; Grillo, 2017, p.92). Onde se encontram, portanto, as mulheres que trabalham no tráfico nessa mobilidade de drogas, armas e “homens”?

Hermílio Santos (2016) analisa as possíveis razões para a sociologia brasileira ser negligente quanto à atenção dada à presença de mulheres na criminalidade. A crítica do autor e de tantos outros é que a maioria dos estudos que analisam a participação das mulheres na criminalidade afirma que esse envolvimento se dá por conta de parceiros

homens, cabendo à mulher um papel secundário e subordinado. A partir das entrevistas narrativas biográficas que realizou com mulheres adolescentes autoras de violência, o autor chega a resultados diferentes da maioria desses estudos e observa que as mulheres assumem variados papéis no crime. Analisa também que o envolvimento dessas mulheres não se dá através da dicotomia entre vítimas e protagonistas. Para ele, podem-se explicar os poucos estudos sobre mulheres como autoras de violência, em parte, por conta da ênfase que é dada aos aspectos criminológicos das pesquisas, que se atentam ao que é estatisticamente relevante. Ou seja, mesmo havendo um crescimento no número de mulheres encarceradas, ele ainda é uma pequena parcela do total de encarceramento (Santos, 2016).

Indo na mesma direção de problematizar, mas não ignorar, a tradicional perspectiva que caracteriza as experiências de mulheres criminosas pela via da vitimização e submissão, Barcinski e Cunico (2016) verificam, através das histórias de vida de duas mulheres, Denise e Vanessa, que se envolveram no tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro, grandes motivadores para a entrada e a permanência de mulheres no tráfico: a possibilidade de ocuparem posições masculinas e assim alcançarem respeito e prestígio. Portanto, as autoras entendem que é por meio da apropriação de certas características e comportamentos masculinos como a violência e a distinção em relação as outras mulheres que Denise e Vanessa atestam o seu poder. Poder esse que se expressa na submissão de outras mulheres, mas que é limitado em relação ao poder masculino. Além disso, nota-se que vitimização e protagonismo aparecem simultaneamente nas escolhas delas, demonstrando a complexidade de suas trajetórias.

Outro ponto importante levantado é sobre o argumento de que a criminalidade feminina seria resultante de uma liberdade conquistada pelas mulheres. Mesmo o tráfico de drogas sendo transgressor não se pode falar que as mulheres traficantes são emancipadas e autônomas, pois assim como no mercado de trabalho formal, as mulheres normalmente desempenham funções subordinadas aos homens no tráfico de drogas. Entretanto seus relatos apontam para acordos, interesses e a compreensão que esses papéis podem ser disputados proporcionando mais lucro e poder.

Sobre as questões levantadas acima, como a relação entre mulheres no tráfico, o poder e a liberdade, traçamos um paralelo com o nosso campo, através do caso da Região dos Lagos, uma área em crescimento para mulheres no tráfico de drogas do Rio de Janeiro.

Em 2018, a história de Tiane (41 anos, Araruama – Rio de Janeiro) chamou atenção. Ela era chefe e administrava todo o tráfico de drogas pelo Comando Vermelho em Araruama, mas *“não andava armada e nem com drogas. Não deixava menor trabalhar e tentava ajudar ao máximo os jovens da comunidade, pagando passagem, faculdade, dando moto...”*. Ela foi casada e teve dois filhos, mas se separou do marido e não conseguia prover nada para a família. Assim, seu irmão, que era usuário, a convidou para entrar no tráfico. Ela fez algumas coisas, mas logo parou. *“O tráfico é envolvente devido a sua necessidade.”* Tempos depois em Araruama, milicianos mataram o seu novo marido a tiros e ela, que estava grávida, foi atingida no abdômen. Tiane ficou em coma durante três meses e assim que saiu, assumiu o tráfico do marido no intuito de vingança, em suas palavras: *“não para comandar o tráfico, mas para ter homens para mandar atirar neles [milicianos].”*

Tiane contou um pouco sobre como vê a presença de mulheres no tráfico:

Já ficou manjado usar as mulheres pra disfarçar, hoje elas tão querendo o mesmo poder dos homens. Elas têm a mente e inteligência. Mulher é muito mais organizada. O cargo das mulheres tá muito alto. Muita viagem, muito ouro, estética, cirurgias... Isso é um vício. Quando os maridos são presos elas administram o financeiro deles. (Tiane, 2018)

SPT (36 anos, Praça Seca – Rio de Janeiro) também comentou sobre a atuação das mulheres: *“a mulher tem uma visão empreendedora, ta avançando. É uma questão de avanço.”* Em seguida, depois de citar Sandra Sapatão do Jacaré como uma referência para ela, SPT me alerta sobre a Região dos Lagos: *“Região dos Lagos é uma área com mais mulher. Lá ta entrando com a liderança da mulher. A mula virou dona de boca! Nós dependia muito da mula e foi a luta dela que fez o crescimento.”*

Dias depois do relato de SPT, Ana (38 anos, Cabo Frio – Rio de Janeiro) participou da pesquisa. Ela começou a traficar com 17 anos como dola, isto é, fazendo endolação de drogas numa favela em Cabo Frio. Depois que Ana saiu da primeira cadeia passou a fornecer drogas em quilos para toda a Região dos Lagos: *“Aí eu comecei a viajar.*

*Eu abastecendo melhorou financeiramente e aí não corria mais. Eu tinha uma casa de praia onde distribuía toda a carga pras regiões.”* Ela afirma que só havia mulheres na época em que era dona porque confiava mais e elas também obedeciam mais, porém essa relação era tratada com frieza: *“eu tô articulando pra proteger a minha droga, pensando no dinheiro. Se a PM chegar e matar elas são substituídas muito fácil”*. Além do mais, conta que *“na época eu não tinha facção. Trabalhava pelo PCC. Eu não queria ficar só ali traficando, entrando dinheiro igual água. Era meu marido com uma facção e eu com o meu trabalho.”*

Fazendo uma separação entre o que seu marido fazia na facção versus o trabalho que exercia no PCC, Ana profere elogios e engrandece a atuação do PCC no Brasil:

Eu acho que se não tem o PCC nenhum comando anda. Eles transformam a droga. A química em qualquer lugar passa por eles. Tem o maior laboratório do Brasil! Eles pegam uma folha de coca e transformam. Os químicos são estudados, o pessoal de dentro da favela do Rio e de outros estados vivem numa ilusão. Na verdade eles se tornam objetos. (Ana, 2020)

Foi então que Ana começou a ouvir que em outros lugares eles achavam que ela daria mais lucro fazendo outra coisa, que em outro cargo ela ia ganhar mais. Ana engravidou do seu segundo filho e foi nesse momento que passou a ser porta-voz dos “chefões”, ou seja, viajava pelo Brasil fechando toneladas de drogas e passando informações, sem anotar nada, apenas oralmente, para os grandes chefes do tráfico.

É importante visibilizar/compreender as experiências individuais dessas mulheres no tráfico, notando como elas observam a si mesmas e enfrentam a dimensão social de suas vidas e se relacionam com as estruturas de poder da sociedade. Os relatos trazidos neste artigo nos levam a compreensão de processos e configurações sociais mais amplos; uma relação dual entre as escolhas/razões dessas mulheres para trabalhar no tráfico e os constrangimentos, regimes e contingências sociais e situacionais que estão imbricados em suas vidas.

### **Quando a mulher é traficante**

Quando pesquisamos a participação das mulheres no tráfico e suas funções, encontramos estudos como o de Chernicharo (2014), que entende que “às mulheres são

reservados espaços específicos que em sua maioria se caracterizam pela inferioridade hierárquica, pelos baixos salários (menores que o dos homens) e por atividades consideradas ‘inerentes’ à aptidão feminina”. Ou seja, assim como o mundo do trabalho formal e legal, no tráfico de drogas existe uma “divisão sexual e social assumida na configuração do capitalismo contemporâneo” que, segundo autora, “fez crescer a exploração do trabalho, e de modo ainda mais acentuado em relação ao trabalho feminino” (Chernicharo, 2014, 106-107)

Entretanto, na pesquisa de campo realizada com mulheres presas da Penitenciária Talavera Bruce e no Instituto Penal Santo Expedito, constatou-se que mesmo havendo o princípio hierárquico da divisão sexual do trabalho, no qual o trabalho de homens “vale” mais que o trabalho de mulheres - o princípio da separação não é tão determinado, pois as mulheres disputam os diferentes postos hierárquicos com os homens no tráfico. Assim, a forma como as funções das mulheres no tráfico se apresenta nas favelas cariocas, “bagunça” um pouco essa ideia de trabalho de homem versus trabalho de mulher.

Diferente das pesquisas realizadas com presas pelo crime de tráfico de drogas no Ceará (Moura, 2005) e no Rio de Janeiro (Soares e Ilgenfritz, 2000) que demonstram que as presas se declaravam em funções subsidiárias e subalternas como mula, retalhista, pião ou cúmplice, no campo realizado as funções declaradas pelas mulheres foram desde as mais subalternas às de gerente e donas de boca, deixando claro que ao longo da carreira criminosa elas geralmente perpassavam por muitas funções e hierarquias do tráfico.

Alexandra (27 anos, Campos – Rio de Janeiro) conta que no tráfico tinha que “mostrar serviço”. Pedimos pra ela explicar melhor como ela mostrava esse serviço: “a vida no tráfico é muito corrida. Cresci de forma natural. Eu não tinha ambição de ser gerente porque quem tá de fora cresce o olho. Rola uma maldade, ambição”. Falando sobre as funções que exercia, ela afirma que a função mais arriscada é a da vigília: “Comecei na vigília, depois fui vapor, fogueteira, gerente e depois tive o meu espaço. Eu não fui mula, mas gostaria de ter sido.” Aqui nos deparamos com uma perspectiva diferente daquela que comumente se tem quando olhamos o tráfico de fora. Muito se fala em como o cargo de mula é precário e, portanto, pior em comparação ao de gerente ou dono, mas o

posicionamento de Alexandra, que já foi dona de ponto de venda de drogas e que gostaria de ter atuado como mula por conta da grande inveja e competição que existe em cargos altos, nos faz reconsiderar ideias usuais sobre a vida no tráfico.

Flores (31 anos, Japeri – Rio de Janeiro) assim como Alexandra diz que gostaria de ter trabalhado como mula e discorda da ideia de que cargos ditos subalternos são “ruins”: *“Já fui vapor, gerente e abastecedora. Ninguém gosta de ser vapor, mas eu gostava. Nunca gostei de muita responsabilidade e como vapor conseguia conciliar o tráfico com o roubo.”*

Encontramos ainda histórias de traficante “independente”; Valéria (48 anos, Saquarema – RJ) conta que ficou 36 anos no crime, sendo que desses, ficou apenas 5 anos no Terceiro Comando e o restante trabalhou sozinha fazendo o transporte de drogas e armas:

Nunca fiquei na boca. Eu buscava e distribuía. Já rodei o Rio de Janeiro todo, já fui pra São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso e Paraguai, mas Paraguai é mais arriscado. Ganhava 1.000 reais por dia, mas gastava tudo com cocaína e bebida. (Valéria, 2020)

Observa-se então que, segundo elas, as mulheres podem e têm papéis no tráfico iguais aos papéis destinados aos homens, como cargos de chefia, mas também ascendem no tráfico por “terem postura”, por desempenharem bem suas funções. No entanto, apesar de assumirem papéis hierárquicos altos, tomando a frente de bocas de fumo, nenhuma delas relatou existir uma “dona do morro”. Pelo o que parece, a figura do “dono do morro” que tem “posse inalienável” (Weiner, 1992) do tráfico permanece centralizada no homem.

SPT (36 anos, Praça Seca – Rio de Janeiro), mulher negra e lésbica, era braço direito de um dos maiores traficantes do Rio de Janeiro, principal líder do Comando Vermelho. O primo da sua namorada era um dos “frentes” do morro. Ele era muito próximo a elas e frequentava muito a casa das duas, no Complexo do Lins, Zona Norte do Rio de Janeiro. Até que um dia, quando sua namorada não estava em casa, ele pediu para SPT organizar a listagem. Ela organizou tudo, *“com capricho coisa que os homens não faziam”*, e o dono do morro, que já estava reclamando da letra ilegível e dos erros que os homens deixavam passar, convidou SPT para trabalhar na contabilidade. Por estar

desempregada na época, aceitou o convite. SPT criou amigos na boca e foi aprendendo com eles a ter a visão do crime:

Aprendi a ter a visão social do que era o crime. O crime é uma luta constante contra o sistema e é o maior gerador de renda da comunidade. A comunidade gira em torno do tráfico. Pra mim o crime foi opção mesmo, não foi por falta de apoio da escola e da família. O que mais deu um empurrão pra entrar no crime foi quando me assumi pra a família, porque eu tive um espaço no crime; o crime acolheu e deu um suporte. (SPT, 2018)

Vitória (28 anos, Cidade Alta – Rio de Janeiro) teve uma experiência diferente do acolhimento que SPT recebeu. Ela começou a se envolver no tráfico quando foi expulsa de casa aos 13 anos por ser lésbica. Assim, ela foi morar com a madrinha, que tinha muitos filhos e Vitória queria ajudar financeiramente e então viu o tráfico como uma opção. Entretanto, ela relata que para ser uma mulher no tráfico que não seja mulher de bandido, é muito árduo:

A mulher é muito desvalorizada. **Eu entrei pra traficar e não pra ser comidinha de bandido.** A mulher de fulano ou a amante de fulano... A mulher tem que ter uma postura porque a pressão é muito grande da parte dos próprios amigos traficantes. Eles têm atitudes que eu não gosto, de mexer com as mulheres que passam. Quando eles pegam a visão do certo eles param com isso. É um controle do meu querer, do meu psicológico. Você tem que ser séria. No tráfico é uma batalha com a vida. Se você é uma mulher casada com um homem eles te vêem de um jeito, se você é casada com uma mulher é de outro jeito. (Vitória, 2018, grifo nosso)

Fica nítido o incômodo de Vitória com os homens que trabalhavam com ela no tráfico e o desejo em se distanciar das mulheres que ficavam naquele meio, mas como companheiras deles. Ela queria ser traficante e não mulher de bandido.

Essas são situações próximas, com limites evidentes, pois o tráfico é um contexto muito específico, das descritas por Angelo Soares em seu artigo “Quando menina veste azul e menino veste rosa: questões de gênero no trabalho”. O objetivo do autor é analisar a questão do gênero, pela perspectiva do trabalho, a partir da divisão sexual do trabalho. Para isso ele reflete sobre a experiência de um cabeleireiro, João, e uma estivadora, Maria. Assim como as mulheres aqui presentes, Maria atua em um trabalho tradicionalmente masculino.

O autor compartilha a perspectiva pensada por Butler (2018), que entende o gênero como um processo e o analisa como uma performance, ou seja, gestos, comportamentos e linguagens são (re) produzidos e constroem a masculinidade e a feminilidade. Entretanto, ele a amplia em três aspectos:

Primeiro, existe sempre a possibilidade da não conformidade às normas de gênero, isto é, a resistência é possível. Segundo, sexo e gênero e consequentemente as normas de gênero são produzidos numa matriz heteronormativa, onde a heterossexualidade é considerada como uma ordem “natural” ou a norma social. Finalmente, não se deve esquecer que a performance não é só do gênero, mas de uma consubstancialidade das diferentes relações sociais: gênero, raça, etnia, idade e classe social. (Soares, 2019, p.32-33)

A interlocutora Maria conta uma história muito próxima das histórias relatadas em meu campo. Ela pontua que a maneira de se vestir é muito importante: “Quando as pessoas te notam, você pode ter mais problemas [...] Você tem que conseguir que os homens se esqueçam que você é uma mulher.” (Soares, 2019, p. 36). Além disso, ela diz que gosta de aparentar a imagem de grossa e os companheiros de trabalho a chamam de lésbica; para ela isso não é um problema, na realidade ajuda a não passar por algum tipo de assédio.

Estabelecendo um paralelo, Alexandra (27 anos) contou que “*na rua as roupas eram meio estranhinhas.*” Disse que sempre foi transparente com os homens que trabalhavam com ela e afirmou:

Não misturo as coisas, não me envolvia com ninguém em serviço porque eu era bandida. Meu marido é trabalhador. Eu nunca namorei vagabundo, porque eu também era vagabunda. Afirmo ainda que: a gente tem mais respeito quando tem pulso firme, independente de ser mulher. Eu era muito séria, não ficava rindo, não gostava de brincadeira. Eles falavam que eu era estranha e que gostava de outro fruto. Eles confundem muito então prefiro ser fechada. Não dá pra trabalhar no mesmo espaço com quem se relaciona. (Alexandra, 2018)

A questão do respeito e “pulso firme” aparece como sendo requisito obrigatório para trabalhar no tráfico, entretanto aparentemente somente as mulheres se privam de relacionamentos no ambiente de trabalho. Percebe-se que há “manipulação da identidade e o idioma do corpo (Goffman, 1966, 1967) para se adaptarem às demandas do trabalho, da organização e da clientela.” (Soares, 2019, p.37)

Assim como Angelo Soares, compreendemos que o uso de determinadas roupas pode ser entendida “como sendo uma maneira de se conformar às normas de gênero, vestindo-se não para se ‘sentir bonita’, mas para se parecer com os rapazes e se tornar um deles.” Entretanto, se trata também de “resistência, de ‘subversão’, na qual a trabalhadora manipula conscientemente a sua fachada pessoal para resistir aos abusos verbais e ao assédio sexual.” (Soares, *Ibidem*, p.37). E, no caso das mulheres no tráfico, também é usada para poderem cumprir as funções de segurança, pois fugas e confrontos fazem parte da rotina como vemos no caso de Caelany (33 anos, Sacramenta – Belém – PA), que é do Tráfico Internacional e conta que “a maioria das mulheres que estão em cargos altos são sapatão, se vestem como homem. Não tem como usar vestido. Eu uso muito boné, mudava muito o cabelo.” Ainda disse que relacionamento amoroso com os colegas traficantes nunca poderia existir, porque ela “*impunha o respeito como mulher e como superior a eles.*”

Importa destacar que muitas das interlocutoras apontaram que suas experiências no tráfico foi uma opção, uma necessidade e uma escolha, para provocar, ainda que brevemente, uma consideração sobre a agência dessas mulheres. Tal como sinaliza Adriana Piscitelli (2008) os conceitos de interseccionalidade e categorias articuladas podem ser recursos essenciais para compreender a produção de sujeitos na nova ordem global, e especialmente em contextos migratórios. Ao abordar a migração de mulheres brasileiras, o texto destaca como a interseção de gênero, sexualidade, raça, etnicidade e nacionalidade contribui para entender suas experiências. Essas interseções colocam as migrantes brasileiras em posições de inferioridade, afetando sua inserção no mercado de trabalho, mas também criam espaços para negociações. O texto sugere que, embora as categorias possam limitar, elas também abrem possibilidades de agência e resistência, permitindo que as mulheres se apropriem dessas condições de forma estratégica.

Barcinski (2009) aponta a complexidade do fenômeno da criminalidade feminina, pois no discurso das participantes de sua pesquisa, ora elas se posicionam como agentes, ora como vítimas inocentes. Esse foi um padrão também presente neste campo. Assim como a autora, entendemos que não se trata de “desvendar a verdade por trás dos motivos professados por estas mulheres, mas entender que protagonismo e

vitimização estão simultaneamente presentes nas suas experiências” (Barcinski, 2009, p.585) sendo o protagonismo desempenhado dentro dos limites impostos por uma realidade social, econômica, cultural e familiar mais ampla.

Ao teorizar acerca das suas experiências, entendemos a necessidade de perceber estas mulheres como agentes em suas decisões, principalmente na tentativa de rever teorias deterministas acerca da criminalidade feminina. De acordo com essas teorias, os crimes femininos podem ser inteiramente justificados pelo envolvimento de mulheres com homens criminosos ou pela necessidade destas mulheres de proteger e sustentar suas famílias. Em contraste com o protagonismo tão insistentemente clamado pelas entrevistadas, estas teorias focam-se exclusivamente nos elementos externos que determinam as escolhas femininas, principalmente quando tais escolhas subvertem as expectativas acerca dos papéis femininos na sociedade. (Barcinski, 2009, p. 585)

Um bom exemplo da ideia de protagonismo com limites é o caso de Regina (30 anos, Penedo – Rio de Janeiro). Ela começou a vender drogas com 13 anos e nunca parou. Disse que entrou para conseguir mais dinheiro e que em Penedo, bairro turístico da região sul fluminense, não há patrão: *“Eu respondia por mim. Vinha pro Rio pra pegar os quilos de drogas com o Comando Vermelho e aí eu transformava. Vendia mais crack que é o que mais vende e mais dá dinheiro.”* Conversando sobre o trabalho no tráfico, Regina afirmou: *“trabalho é trabalho, diferente dessas coisas de errado. Eu trabalhava no restaurante e fazendo unha. Sempre trabalhando, nunca parei.”* Perguntei por que ela continuava a trabalhar se já fazia um bom dinheiro no tráfico: *“eu trabalhava por esporte. Abria a boca cedo e vendia nos intervalos do trabalho.”* Apesar de afirmar que entrou por necessidade financeira, no final da nossa conversa Regina afirmou que foi por diversão e logo após afirmou que tráfico não é por esporte, mostrando a complexidade dessa escolha:

Foi por diversão. Muito dinheiro chama muita inveja. Não tem sossego! A gente não vive, a gente vegeta. O muito que eu tinha eu não tinha paz. Isso não é por esporte! É muito difícil conseguir um trabalho ainda mais pra preto e pobre! (Regina, 2020)

Já Aline (35 anos, local não informado) fala abertamente sobre como entrou no tráfico porque queria. Diante disso, perguntei a ela se pretendia continuar no tráfico e sem pensar duas vezes Aline me disse: *“Eu tô aposentada! Perdi muita coisa. Eu não quero*

*mais correria! Muitas estão aqui por associação, tem umas que fazem consciente outras que não. Eu fiz porque eu quis! Eu gostava da ostentação!”*

Por fim, a história de Flores (34, Engenheiro Pedreira – Japeri/RJ) é muito interessante também para pensarmos a agência de mulheres no tráfico. Flores contou que todos da família são envolvidos, menos a mãe dela. Ela disse que cresceu vendo o tráfico e achou bonito. O tio dela, que é o dono da favela, era como um ídolo para ela. Portanto, ela afirmou que foi uma escolha espelhada em seus familiares:

Minha família queria uma vida diferente pra mim. Eu seria administradora de empresa, mas meu sonho era fazer adm para ficar no tráfico, não em empresa. A semente do mal já era plantada em mim. Eu tinha intenção e noção do que eu tava fazendo. Eu quis entrar no tráfico. Eu larguei a faculdade porque pra mim eu já tava formada, eu só tava usando meu estudo pra aprender aquilo ali! O motivo de entrar foi por status, dinheiro, moto... tudo! (Flores, 2018)

Flores cursou administração na UFRRJ até o terceiro período e resolveu sair porque considerou que já havia aprendido o suficiente para tocar os negócios da família, mesmo contra a vontade deles. Ao perguntar se ela desejava sair do tráfico, depois dessa experiência na prisão, Flores respondeu que não sabia se sairia:

Perdi casa, levei 22 tiros na perna. Na hierarquia do tráfico, eu sou a sucessora do meu tio. Eu não vou parar porque tem 2 pessoas no Bangu 3 que precisam de mim, o meu marido e o meu tio. Meu marido pegou 60 anos de prisão e meu tio 120 anos. Parece que o crime fica entranhado na sua vida, nas suas atitudes. (Flores, 2018)

Contudo, na mesma conversa minutos depois, Flores manifestou o desejo em sair do tráfico para cuidar dos filhos e do marido. Posto isso, podemos pensar a atuação de mulheres no tráfico a partir da noção de agência diferenciadamente imperfeita proposta por Flávia Biroli (2012). Compreendo, assim como a autora, que afirmar que as decisões e preferências das mulheres são construídas a partir da posição dos homens nessas relações pode condizer com um “reforço à visão de que as mulheres não são política, moral e eticamente competentes” (Biroli, 2012, p.12).

A agência é diferenciadamente imperfeita em dois sentidos. O primeiro é que os indivíduos não são efetivamente iguais. A esfera da individualidade e as possibilidades de autodeterminação são limitadas de formas diferentes em função da posição social de cada indivíduo. O segundo sentido é que os indivíduos não são definidos como agentes

igualmente competentes, pois há “filtros ancorados em preconceitos, estereótipos, tradições culturais e religiosas, e eles colaboram para o desenvolvimento diferenciado das competências necessárias para o agir autônomo.” (Biroli, 2012, p.28)

Nesse sentido, para analisar a posição da mulher nas relações de gênero é preciso considerar que a agência é regularmente imperfeita, ou seja, que todos – não alguns grupos ditos como social, moral e eticamente “deficitários” - agem em meio à constrangimentos; isso nos permite romper com esses estereótipos e também considerar como formas ativas de dominação e opressão modulam as possibilidades e as capacidades para a autodeterminação dos indivíduos. (Biroli, 2012).

### **Considerações finais**

Com base na breve análise realizada neste estudo, identificamos que o princípio hierárquico da divisão sexual do trabalho, no qual o trabalho de homens “vale” mais que o trabalho de mulheres, é presente nos relatos das mulheres, entretanto o princípio da separação não se mostra tão determinado. As mulheres disputam os diferentes postos hierárquicos com os homens e o tráfico nas favelas cariocas. Esse fato “bagunça” um pouco a ideia de trabalho de homem versus trabalho de mulher, pois na “função” ambos podem ser direcionados a qualquer atividade, incluindo a vigília e a posição de soldado para os conflitos rotineiros contra a polícia.

A questão do respeito e “pulso firme” aparece como sendo requisito obrigatório para homens e mulheres trabalharem no tráfico, mas o que se mostra é que na maioria dos casos são as mulheres que se privam de relacionamentos afetivos e/ou sexuais no ambiente de trabalho. Há também uma manipulação da identidade e do idioma do corpo para se adaptarem às demandas do trabalho, da organização e da clientela.

A partir da noção da agência regularmente imperfeita, podemos romper com o estereótipo e senso comum de que mulheres traficantes estão na “função” por conta de homens (maridos, namorados, irmãos, pais), mas sem perder de vista todas as opressões de gênero, classe e raça que as circundam. Portanto, nem submissas, nem donas de si.

## Referências bibliográficas

BARCINSKI, Mariana; CUNICO, Sabrina Daiana. Mulheres no tráfico de drogas: Retratos da vitimização e do protagonismo feminino. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 59-70, Mar. 2016.

BARCINSKI, Mariana. Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(2): 577-586, 2009.

BIROLI, Flávia. “Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise entre autonomia, preferências e democracia”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no. 9, 2012.

BUTLER, Judith. Notes toward a performative theory of assembly. Cambridge, **Harvard University Press**, 2018.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 3, pág. 761-778, dezembro de 2015.

CHERNICHARO, L.P. **Sobre Mulheres e Prisões: Seletividade de Gênero e Crime de Tráfico de Drogas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GRILLO, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 127-148, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Behavior in public places notes on the social organization of gatherings**. New York, New York Free Press, 1966.

GOFFMAN, Erving. **Interaction ritual: essays on face-to-face behavior**. New York, Pantheon Books, 1967.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Daniel Veloso; GRILLO, Carolina Christoph. Sintonia e amizade entre padrões e donos de morro: Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 75-98, 2017.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estud.** - **CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 93-103, Mar. 2010.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas, UCAM/RJ, 1999.

MOURA, Maria Juruena. **Porta fechada, vida dilacera - mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008.

SANTOS, Hermílio. Mulheres como autoras de violência: Evidências e agenda de pesquisa. **Civitas, Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 42-58, mar. 2016.

SOARES, Angelo. Quando menina veste azul e menino veste rosa: questões de gênero no trabalho. **Revista USP**, São Paulo, n. 122, p. 27-40, julho/agosto/setembro, 2019.

SOARES, Bárbara. ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TELLES, Vera da Silva.; HIRATA, Daniel.Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados** 21 (61), 2007.

WEINER, Annete. **Inalienable possessions: the paradox of keeping-while giving**. Oxford, **University of California Press**, 1992.